



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
CURSO DE PSICOLOGIA**

MARIANNA GRUDEN

**PERDAS INVISÍVEIS: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE
O LUTO NÃO RECONHECIDO EM MIGRANTES FORÇADOS**

**Salvador
2025**

MARIANNA GRUDEN

**PERDAS INVISÍVEIS: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE
O LUTO NÃO RECONHECIDO EM MIGRANTES FORÇADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Ms Eurides Simões Soares Hide

**Salvador
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Ítala Ribeiro, e ao meu pai, Boris Gruden, pelo apoio constante. À minha avó Eleuzina e aos meus avós Vilma e Alessandro, pela presença e carinho ao longo da minha vida.

Sou grata aos meus amigos e amigas Larissa Lemos, Gabrielle, Júlia Maciel, Maria Eduarda Lisboa, Lavínia Vila Verde, Bruno Dorea, Gabinho, Sandra Onofre, Rubi Ângelo e Raquel, que estiveram comigo nos momentos difíceis e celebraram comigo cada conquista.

Agradeço também à minha madrinha Eleuza, à minha prima Débora e à minha afilhada Elisabete, pela força, incentivo e afeto.

Aos meus mestres e professores Isael Sena, Eurides Hide e ao coordenador João Marcos, deixo meu sincero reconhecimento por toda orientação, paciência e contribuição para minha formação.

Agradeço ainda à companhia dos meus gatinhos, Eugênio e Miguel, que estiveram ao meu lado durante as horas de estudo e escrita.

Obrigada a todos que fizeram parte da minha jornada.

RESUMO

O presente estudo investigou como imigrantes forçados experienciam o luto não reconhecido durante o processo de adaptação ao Brasil, considerando suas dimensões relacionais, identitárias, culturais e corporais. Fundamentada nas contribuições de Doka (1989) sobre o luto não reconhecido, de Boss acerca da perda ambígua e de Sayad sobre a migração como fato social total, a pesquisa analisou formas de perda invisibilizada que atravessam a migração involuntária e que raramente encontram reconhecimento social. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas com três participantes adultos provenientes da Venezuela e de Cuba, selecionados a partir de redes comunitárias e instituições de acolhimento. Os dados foram examinados por meio de Análise Temática, permitindo a organização das narrativas em três eixos: (1) experiências de perda e ruptura; (2) reconhecimento ou invisibilidade social dessas perdas; e (3) repercussões emocionais, identitárias e corporais. Os resultados evidenciam que a migração forçada implica em um conjunto de perdas multidimensionais, culturais, profissionais, materiais e relacionadas à continuidade da vida cotidiana, que desestabilizam referências, práticas e posições sociais previamente constituídas. Observou-se que a ausência de reconhecimento institucional e social dessas perdas contribui para a sensação de descontinuidade, invisibilidade e fragilização da identidade. Ademais, as narrativas revelam repercussões corporais e psicossociais relacionadas ao impacto dessas rupturas, como dificuldades de orientação no novo contexto, tensões corporais e desafios na reorganização da vida cotidiana. Conclui-se que o luto não reconhecido constitui elemento estruturante da experiência migratória forçada, afetando a reconstrução identitária e a inserção social no país de destino. O estudo amplia o debate sobre migração e saúde mental ao destacar a necessidade de políticas públicas e práticas de acolhimento sensíveis às múltiplas perdas vividas pela população migrante.

Palavras-chave: migração forçada; luto não reconhecido; perda ambígua; saúde mental; experiência migratória.

ABSTRACT

This study investigated how forced immigrants experience disenfranchised grief during their adaptation process in Brazil, considering its relational, identity-based, cultural, and embodied dimensions. Grounded in Doka's (1989) contributions on disenfranchised grief, Boss's concept of ambiguous loss, and Sayad's understanding of migration as a total social fact, the research examined forms of invisible loss that permeate involuntary migration and seldom receive social recognition. This qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted through semi-structured interviews with three adult participants from Venezuela and Cuba, recruited through community networks and reception institutions. Data were analyzed using Thematic Analysis, allowing the organization of narratives into three axes: (1) experiences of loss and rupture; (2) social recognition or invisibility of these losses; and (3) emotional, identity-related, and bodily repercussions. The results indicate that forced migration entails multidimensional, cultural, professional, material, and everyday-life losses that destabilize previously established references, practices, and social positions. The lack of institutional and social recognition of these losses contributes to feelings of discontinuity, invisibility, and identity fragilization. Furthermore, the narratives reveal bodily and psychosocial effects linked to these ruptures, such as difficulties navigating the new context, bodily tension, and challenges in reorganizing daily life. The study concludes that disenfranchised grief constitutes a structuring element of forced migratory experience, influencing identity reconstruction and social integration in the host country. It expands the discussion on migration and mental health by highlighting the need for public policies and reception practices that are sensitive to the multiple losses experienced by migrant populations.

Keywords: forced migration; disenfranchised grief; ambiguous loss; mental health; migratory experience.

SUMÁRIO

1.	7
2.	9
2.1.	9
2.2.	9
2.3.	10
2.4.	11
2.5.	11
3.	13
3.1.	13
3.2.	15
3.3.	16
3.4.	21
4.	22
5.	23
5.1.	24
5.2.	30
5.3.	33
6.	37
7.	39

1. INTRODUÇÃO

No campo da mobilidade humana, existem três termos utilizados para a descrição e definição do movimento de pessoas: emigrar, imigrar e migração. Apesar da proximidade entre as palavras, elas possuem significados distintos. De acordo com o Michaelis – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2024), emigrar refere-se ao ato de sair do país de origem para viver em outro; imigrar indica o movimento de entrada em um país estrangeiro; e migração corresponde, de forma mais ampla, ao deslocamento de muitas pessoas ou de um povo de um território a outro, seja entre países, estados ou cidades.

O conceito de migração é amplamente debatido nos estudos sobre mobilidade humana, contudo, não há consenso quanto a uma definição universal do termo “migrante”. Conforme o *Peace Research Institute Oslo* (PRIO, 2023), o termo é considerado insuficientemente inclusivo por algumas organizações, sobretudo pela dificuldade em delimitar de forma precisa o conceito de refugiado. No âmbito internacional, destacam-se duas perspectivas principais: a visão inclusivista, que compreende como migrantes todos aqueles que se deslocam de seu local de residência habitual, independentemente de situação legal ou motivações; e a visão residualista, que distingue migrantes de refugiados, reservando o termo aos deslocamentos não motivados por guerra, perseguição ou violações de direitos humanos.

A relevância deste estudo emerge em meio a esse cenário complexo, no qual diferentes formas de deslocamento humano coexistem com experiências de perda, ruptura e reconstrução subjetiva. A escolha por investigar esse tema surge do interesse em compreender como a migração forçada, ainda marcada por estigmas, invisibilizações e leituras reducionistas, afeta profundamente aqueles que a vivenciam. Em especial, interessou compreender dimensões subjetivas frequentemente negligenciadas no contexto brasileiro, como a dor emocional, as perdas simbólicas e a ausência de reconhecimento social que atravessam a experiência dos migrantes forçados.

As pesquisas nacionais desenvolvidas até o momento, revelam tendências de invisibilização de perdas ligadas à identidade, ao pertencimento e às redes de apoio, indicando a necessidade de ampliar a investigação para esse campo específico. Diferentemente do cenário internacional, em que o debate tem se consolidado em torno do luto e da perda no contexto migratório, no Brasil observa-se uma lacuna que reforça a relevância da presente pesquisa.

Diante desse panorama, este trabalho parte da seguinte questão norteadora: **Como os migrantes forçados experienciam o luto não reconhecido em suas dimensões emocionais, relacionais, identitárias e simbólicas durante o processo de adaptação no Brasil?** Trata-se de uma pergunta que busca iluminar formas de sofrimento atravessadas por perdas invisibilizadas, dificultando a adaptação e o pertencimento no novo território.

Diante do exposto, o presente estudo tem como **objetivo geral** analisar a experiência do luto não reconhecido em imigrantes forçados no Brasil, considerando suas dimensões emocionais, relacionais, identitárias e corporais no processo de adaptação. Para tanto, o estudo se propôs a especificamente identificar como os imigrantes forçados experienciam o luto não reconhecido em suas dimensões emocionais, relacionais, identitárias e corporais; analisar de que maneira esse luto é, ou não, reconhecido pelo entorno social, influenciando as possibilidades de expressão ou silenciamento da perda; e, por fim, compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas por esses sujeitos diante das perdas não reconhecidas no processo de adaptação ao Brasil.

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por reconhecer que fenômenos marcados por sofrimento, subjetividade e experiência vivida não podem ser adequadamente traduzidos em números. Por entrevistas semiestruturadas, buscou-se acessar narrativas que revelassem sentidos, afetos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências migratórias. Essa abordagem permitiu compreender a interação entre perdas emocionais, redes de apoio, rupturas identitárias e reconhecimento social, elementos centrais na experiência do luto não reconhecido.

Quanto às hipóteses, o estudo parte de alguns pressupostos teóricos que orientam a sensibilidade interpretativa adotada. Considera-se que a migração forçada envolve um conjunto de perdas, territoriais, afetivas, identitárias e simbólicas, que frequentemente não encontram validação social. Supõe-se também que a ausência de reconhecimento dessas perdas tende a intensificar sentimentos de desamparo, isolamento e invisibilidade, atravessando a experiência emocional e dificultando os processos de adaptação ao novo país. Esses pressupostos não delimitam respostas prévias, mas funcionam como horizonte interpretativo para a compreensão das narrativas dos participantes.

Assim, esta Introdução buscou situar a migração forçada como um campo marcado por perdas invisibilizadas e por lacunas teóricas que justificam a relevância deste estudo. Ao apresentar o contexto, a questão norteadora e os objetivos da pesquisa, reforça-se a

necessidade de compreender como o luto não reconhecido atravessa a experiência dos migrantes no Brasil. Na sequência, o capítulo 2 detalha o percurso metodológico adotado.

2. MÉTODO

2.1. DELINEAMENTO

Este estudo é uma pesquisa empírica de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada a compreender como o luto não reconhecido se expressa nas experiências de imigrantes forçados. Como observa Gil (2002), pesquisas desse tipo são adequadas quando o fenômeno investigado é pouco explorado e requer maior aprofundamento em seu contexto. Nessa mesma direção, Minayo (2006) explica que a abordagem qualitativa busca acessar o universo dos significados e valores atribuídos pelos sujeitos às suas vivências, permitindo interpretar dimensões subjetivas que não podem ser traduzidas em números. No presente estudo, essas dimensões incluem os aspectos emocionais, relacionais, identitários e corporais. Ressalta-se que a dimensão relacional será considerada em sentido ampliado, abarcando tanto os vínculos interpessoais imediatos quanto às formas de reconhecimento, ou não reconhecimento, social do sofrimento, em congruência com o conceito de luto não reconhecido de Doka (2002).

2.2. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa observou a Resolução CNS 466/2012 e a Resolução CNS 510/2016, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 92177925.5.0000.5628).

O presente projeto foi submetido ao Sistema CEP/CONEP, por meio da Plataforma Brasil, e somente terá início após a emissão de parecer consubstanciado favorável por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Foram observadas rigorosamente as diretrizes e normas da Resolução nº 466/2012 e da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como o disposto no Ofício Circular nº 23/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS, que orienta pesquisas realizadas em meio digital.

A pesquisa também seguiu os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005), especialmente no que se refere à dignidade, ao sigilo profissional e à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade psíquica e social. Além disso, os dados pessoais foram tratados conforme as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), garantindo confidencialidade, segurança e uso exclusivo para fins científicos.

A participação na pesquisa foi voluntária, mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram apresentados de forma clara os

objetivos, procedimentos, direitos e deveres do(a) participante. O TCLE assegurou a preservação do sigilo e do anonimato dos(as) participantes, por meio da utilização de pseudônimos; garantiu o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer ônus ou prejuízo; e assegurou ainda o direito de acesso às informações prestadas durante a pesquisa, caso o(a) participante assim deseje.

As entrevistas foram realizadas de forma individual e presencial e de forma remota através do Google Meet, em local que assegure privacidade e segurança aos participantes. As gravações em áudio ocorrerão somente com autorização prévia e serão utilizadas exclusivamente para fins de transcrição e análise. A transcrição foi feita através do aplicativo Transkriptor pela pesquisadora e armazenada em ambiente seguro, acessível apenas à pesquisadora e ao orientador. Os áudios serão eliminados após a transcrição, e os dados textuais foram anonimizados para fins de análise.

Quanto aos riscos, considerou-se a possibilidade de desconforto emocional decorrente da rememoração de experiências dolorosas, como perdas, deslocamento forçado ou discriminação. Em tais casos, foi garantido o direito de interromper a entrevista imediatamente ou desistir da participação, sem qualquer prejuízo. Também foi oferecida a possibilidade de encaminhamento voluntário para acolhimento psicológico junto à Clínica Escola de Psicologia da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Entre os benefícios esperados, destacou-se a oportunidade de os participantes acessarem um espaço de escuta empática e qualificada, no qual suas experiências possam ser validadas. Do ponto de vista coletivo, a pesquisa contribuiu para a produção de conhecimento científico sobre o luto não reconhecido em migrantes forçados, favorecendo o desenvolvimento de práticas e políticas de acolhimento mais sensíveis às necessidades dessa população.

2.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O contato inicial com os participantes ocorreu por intermédio de instituições de acolhimento, redes comunitárias e organizações sociais que atuam junto à população migrante. A partir desse primeiro contato, foi realizado o convite formal para participação na pesquisa, com a explicação dos objetivos, dos procedimentos e dos aspectos éticos envolvidos, além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram conduzidas individualmente, tanto de forma presencial quanto remota, por meio da plataforma Google Meet, em local e horário previamente acordados com

cada participante, garantindo conforto, segurança e privacidade. A coleta de dados foi orientada por um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado a partir da fundamentação teórica, permitindo a exploração de tópicos centrais e a abertura para relatos espontâneos. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização, e posteriormente transcritas pela pesquisadora utilizando o aplicativo *Transkriptor*, assegurando a fidedignidade do material coletado, sendo posteriormente revisado.

2.4. INSTRUMENTOS

Para a caracterização da amostra, foi utilizada uma ficha sociodemográfica (Apêndice A), elaborada pela pesquisadora, contendo informações básicas como idade, sexo, país de origem, tempo de residência no Brasil, nível de escolaridade, condição de inserção laboral, faixa de renda mensal e situação familiar. O objetivo foi contextualizar o perfil dos participantes e oferecer subsídios à análise dos relatos.

O principal instrumento de coleta foi um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B), elaborado a partir da fundamentação teórica e do problema de pesquisa, cujo roteiro está centrado em quatro perguntas abertas, organizadas em torno de três eixos: (a) experiências de perda e ruptura associadas ao processo migratório; (b) reconhecimento ou invisibilidade social dessas perdas; e (c) repercussões emocionais, identitárias e corporais vivenciadas pelos participantes.

A escolha da entrevista semiestruturada justificou-se por sua capacidade de articular uma estrutura mínima de investigação, garantindo comparabilidade entre os casos, sem renunciar à flexibilidade necessária para acolher narrativas espontâneas e aprofundar temas emergentes (MINAYO, 2006).

Para apoiar a coleta e organização dos dados, foi utilizado um gravador de áudio, mediante autorização prévia do(a) participante. As transcrições foram realizadas através do aplicativo *Transkriptor* e revisadas posteriormente pela pesquisadora, de forma integral, garantindo a fidelidade do material e a confidencialidade das informações.

2.5. PARTICIPANTES

A pesquisa contou com a participação de três adultos, com idades entre 31 e 45 anos, que se identificam como imigrantes forçados e atualmente residem no Brasil. Os participantes foram denominados por pseudônimos (Leonza, Guaico e Omíro) com o intuito de preservar o

anonimato e garantir a confidencialidade das narrativas. Leonza e Guaico são originários da Venezuela, enquanto Omíro é natural de Cuba. As condições estruturais que motivaram a migração envolveram crises políticas e econômicas vivenciadas em seus países de origem, configurando o caráter involuntário do deslocamento. Leonza e Guaico chegaram ao Brasil em 2018, enquanto Omíro estabeleceu-se no país em 2016.

A escolha desses pseudônimos não foi aleatória: optou-se por nomes curtos, culturalmente significativos e inspirados em referências simbólicas da mitologia venezuelana e da tradição iorubá-cubana, contextos que dialogam com aspectos identitários e culturais atravessados pelas trajetórias dos participantes. Essa estratégia reforça a proteção ética das narrativas sem recorrer a nomes reais, ao mesmo tempo em que reconhece elementos culturais presentes nas experiências migratórias.

Todos os participantes possuíam situação migratória regular no momento da entrevista, sendo dois residentes e um residente temporário, além de apresentarem escolaridade variando entre ensino superior incompleto e especialização. Quanto à ocupação atual, Leonza atua como marceneira, Guaica como marceneiro e Omíro encontrava-se desempregado.

Atualmente, Leonza e Guaico residem no estado da Bahia, enquanto Omíro vive em Alagoas. Em todos os casos, observou-se que os participantes convivem com apenas parte de seus núcleos familiares, enquanto outros membros permanecem em seus países de origem. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, a partir de contato com instituições de acolhimento e redes comunitárias que atuam junto à população migrante. A inclusão foi condicionada à participação voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e à compreensão do idioma português, requisito essencial para a realização das entrevistas. Foram excluídos indivíduos menores de idade, pessoas que não se identificavam como imigrantes forçados ou refugiados e aquelas em condições que inviabilizassem a compreensão do TCLE ou a realização da entrevista, como comprometimentos cognitivos graves, estados de crise emocional ou recusa à gravação da fala.

A quantidade limitada de participantes é explicada pela natureza qualitativa e exploratória do estudo, que valoriza a profundidade das histórias e a densidade interpretativa, em vez da representatividade numérica. De acordo com Minayo (2006), em pesquisas qualitativas, a amostra é determinada pela profundidade das informações obtidas, não pelo número de casos examinados. Com o intuito de contextualizar o perfil dos participantes, elaborou-se a Tabela 1, a qual contém os dados sociodemográficos obtidos.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos entrevistados

Participantes	Leonza	Guaico	Omiro
Idade	31	34	45
Gênero	Feminino	Masculino	Masculino
País de origem	Venezuela	Venezuela	Cuba
Motivo da migração	Crise política	Crise política e econômica	Crise econômica
Ano de chegada	2018	2018	2016
Situação migratório	Residente	Residente	Residente temporário
Escolaridade	Ensino superior incompleto	Especialização	Especialização
Ocupação atual	Marceneira	Marceneiro	Desempregado
Estado civil	Casada	Casado	Casado

Fonte: Elaborada pela autora

A apresentação dos dados sociodemográficos permite situar quem são os participantes e como seus marcadores sociais, como gênero, idade, vínculos familiares e trajetórias pessoais, podem influenciar suas experiências migratórias. Embora este estudo não aprofunde comparações entre homens e mulheres, essas informações ajudam a levantar hipóteses e percepções sobre como diferentes posições sociais e responsabilidades podem moldar a vivência do luto e da migração. Dessa forma, os dados funcionam como um contexto inicial importante para compreender as narrativas analisadas, evidenciando nuances e possíveis interseções que atravessam a experiência de cada sujeito.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. INTERPRETAÇÃO DA FATICIDADE: APROXIMAÇÕES GEOPOLÍTICAS E FENOMENOLÓGICAS

A compreensão da migração como fenômeno existencial exige considerar que a vida humana é sempre situada. Essa perspectiva aparece na noção de vida fática tal como

interpretada por Sousa (2023) a partir de Heidegger, entendida como o modo como a existência se realiza “sempre e a cada vez aí, na ocasionalidade do mundo”. A facticidade remete à maneira pela qual o sujeito vive suas relações cotidianas, antes de qualquer elaboração teórica, na imediaticidade do vivido. Conforme aponta Sousa (2023), trata-se do caráter pré-reflexivo da experiência, que expressa “as coisas mesmas tal como se mostram na imediaticidade da vida cotidiana”. Portanto, compreender a existência implica reconhecer que todo sujeito está imerso em um mundo de referências, práticas e significações que estruturam seu modo de ser.

Essa perspectiva fenomenológica também envolve uma compreensão particular de espaço. Conforme a leitura de Heidegger apresentada por Pereira e Gil Filho (2014), a espacialidade não corresponde à lógica geométrica cartesiana de dimensões mensuráveis. Os autores destacam que, para a fenomenologia heideggeriana, o espaço vivido não se reduz a “direita ou esquerda”, mas se relaciona ao sentido de direção, orientação e intenção. Assim, o espaço não é apenas um suporte físico, mas o campo de significações no qual a vida acontece. Algo está “próximo” ou “longe” não pela distância métrica, mas pela relevância afetiva e existencial que assume para o sujeito.

É nesse contexto que surge a noção de mundanidade, entendida como a estrutura de referência na qual o ser-no-mundo se compreende. A mundanidade expressa os mundos da vida, circundante, compartilhado e próprio, que compõem o sentido de cada existência. Esses mundos organizam a familiaridade, as rotinas, os vínculos e o sentimento de habitar um lugar. Como observam Pereira e Gil Filho (2014), tal noção permite analisar experiências migratórias ao evidenciar como os fluxos deslocam e reorganizam a estrutura existencial do sujeito, afetando seus modos de orientação, pertencimento e cuidado.

Ao aproximar fenomenologia e geopolítica, permite-se compreender que a migração não constitui apenas um deslocamento territorial, mas uma ruptura na facticidade e na mundanidade do sujeito. Ao mover-se, o migrante perde mundos, o circundante (rotinas, costumes), o compartilhado (rede de apoio, vínculos), o próprio (projetos, identidade). Essa ruptura existencial se articula às condições estruturais que moldam os fluxos migratórios. Nesse sentido, a leitura fenomenológica dialoga com a abordagem sociológica de Sayad, para quem a migração é um “fato social total”, atravessado por coerções econômicas, históricas e políticas que condicionam as possibilidades do sujeito.

Assim, a interpretação da facticidade no contexto da migração evidencia como deslocamentos forçados alteram profundamente o modo de ser-no-mundo, reorganizando

espacialidades vividas, relações e sentidos de pertencimento. É essa perspectiva que fundamenta a compreensão das perdas, rupturas e formas de sofrimento que serão discutidas nas seções seguintes.

3.2. TORNAR-SE IMIGRANTE, REFUGIADO OU APÁTRIDA NO MUNDO

Para o presente estudo, adota-se a definição de migração proposta pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2019. Segundo esta definição, a migração é um processo pelo qual uma pessoa ou um grupo afasta-se de seu local de origem ou residência habitual, seja dentro do próprio país ou para além de suas fronteiras, podendo ser temporária ou permanente e por diversas razões. Dentro desse conceito, a migração pode ser categorizada em dois tipos principais: migração voluntária e migração involuntária (ou forçada), conforme descrito pela OIM em 2009.

A principal diferença entre essas categorias reside nas características e motivações que levam o indivíduo ou grupo a se deslocar. O migrante voluntário é aquele que deixa seu local de origem de forma deliberada, geralmente em busca de melhores condições de vida, como melhores oportunidades econômicas, maior acesso a serviços de saúde, educação e segurança. Em contraste, a migração involuntária não envolve planejamento prévio e frequentemente resulta em uma mudança não desejada pelo indivíduo, sendo uma decisão urgente para proteger sua vida. Os principais motivos para a migração involuntária incluem questões políticas, étnicas, religiosas, nacionalistas, de identidade de gênero ou outros fatores que ameaçam a vida e a dignidade humana (MARTINS-BORGES, 2013). Além desses fatores, a migração involuntária pode ocorrer em decorrência de desastres ambientais, especialmente quando os países afetados não conseguem oferecer suporte adequado aos seus cidadãos (JIBRIN; BOEIRA-LODETTI; MARTINS-BORGES, 2017).

Diante do exposto, é possível perceber que existem inúmeros aspectos que definem a migração involuntária, não sendo possível delimitá-la de forma sistemática, mas sim contextual, tendo em vista os aspectos transversais da experiência do sujeito. É nesse ponto que autores das ciências sociais, como Abdelmalek Sayad, oferecem uma leitura crítica do fenômeno migratório.

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998), ao analisar o fenômeno migratório sob a perspectiva das ciências sociais, rompe com leituras individualistas da migração e propõe compreendê-la como um “fato social total”, ou seja, como um processo que abarca

dimensões econômicas, políticas, históricas e simbólicas. Para o autor, a migração está inscrita em um sistema global de coerções que transforma necessidades coletivas em decisões individuais, produzindo o que chama de uma “falsa voluntariedade” do ato de migrar.

Nesse sentido, ainda que o indivíduo em situação de crise pareça exercer certo grau de decisão ou planejamento sobre sua saída, tal percepção de escolha é ilusória, pois, como demonstra Sayad (1998), a fronteira entre o voluntário e o involuntário é produzida socialmente. O migrante age como se escolhesse, mas sua escolha é resultado de estruturas que o empurram a sair e, ao mesmo tempo, o rejeitam ao chegar. A liberdade de migrar é, portanto, uma forma de coerção invisível — um gesto condicionado pelas desigualdades históricas e políticas que sustentam o próprio sistema global.

Essa ambiguidade, entre a aparência de escolha e a experiência de expulsão, revela a dimensão paradoxal da migração contemporânea: um deslocamento que se apresenta como ato individual, mas que carrega em si o peso de determinações coletivas. É nesse ponto que a migração deixa de ser apenas um movimento espacial e passa a constituir uma experiência existencial marcada pela perda, pela ruptura e pelo sentimento de desenraizamento, elementos que atravessam o sofrimento e o luto não reconhecido vividos pelos migrantes forçados.

3.3. LUTO E MUNDANIDADES NA EXPERIÊNCIA DE MIGRAÇÃO FORÇADA

O Relatório Global de Tendências do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de 2022 indicou que o número total de pessoas deslocadas forçadamente (incluindo refugiados, deslocados internos e solicitantes de asilo) havia alcançado aproximadamente 108 milhões. No Brasil, as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado examinadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, chegaram a 138.359 em 2023, o que representa um aumento de 235% em relação a 2022.

Ferreira, Lodetti e Borges (2021) afirmam que o indivíduo, no processo de imigração involuntária, diante da enorme mudança, é obrigado a adaptar-se ao novo contexto social, cultural e econômico. Essas mudanças influenciam todas as áreas da vida e a constituição da identidade do migrante, forçando-o a reconfigurar-se, o que gera um grande impacto em sua subjetividade, representando fatores de risco e vulnerabilidade psíquica.

Nessas situações, o indivíduo perde não apenas sua casa, país, língua, rede de apoio e vínculos sociais, mas também sente a ruptura com sua identidade e com tudo o que o constituiu. Ao chegar ao novo país, o imigrante é inserido em novos círculos sociais, costumes, crenças e idioma. Nesse processo, ele vivencia o luto pela necessidade de se reconstituir enquanto sujeito no mundo, afetando diretamente a constituição de sua subjetividade. Todos esses fatores de mudança extrema transformam completamente suas funções e papéis sociais que desempenhavam em seu país de origem, gerando um impacto significativo em sua subjetividade. Como exemplo, observa-se que a imigração involuntária pode interromper carreiras e projetos educacionais (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021).

Ferreira e Borges (2022) destacam que, tanto na imigração voluntária quanto na involuntária, é comum o indivíduo passar por um processo de separação e perda dos elementos afetivos que compunham sua rotina. Esse processo de separação remete a um trabalho de luto intenso devido à sensação de perda, desencadeando sentimentos de nostalgia. Os autores enfatizam que distanciar-se da cultura cotidiana é distanciar-se não apenas de pessoas e familiares, mas também de sua própria identidade. Tais perdas, ligadas ao afastamento da cultura, da rede de apoio e da identidade, fragilizam a saúde mental e a constituição subjetiva do migrante. Contudo, essas vivências permanecem frequentemente sem espaços de validação social, uma vez que, como aponta Macedo (2022), a subjetividade migrante tende a ser silenciada e invisibilizada. É nesse ponto que o conceito de luto não reconhecido, proposto por Kenneth Doka, mostra-se pertinente para compreender tais experiências.

Nesse sentido, Kenneth Doka (1989; 1999; 2002), pioneiro do conceito de luto não reconhecido (*disenfranchised grief*), diferencia o luto não reconhecido pelo luto reconhecido (comum), como uma perda que não tem espaço para ser explicitamente reconhecida, socialmente validada e publicamente enlutada (DOKA, 1999). Segundo o autor, esse fenômeno está estruturado a partir de normas sociais específicas, as chamadas *grieving rules*, que definem e delimitam quem, quando, onde, como, por quanto tempo, e por quem as pessoas podem sofrer (DOKA, 1999). Quando a experiência da perda não se enquadra nessas regras, o enlutado não é socialmente legitimado em sua dor, de modo que a este sujeito não lhe são ofertados os direitos ou o papel de enlutado, que lhe conferiria simpatia, acolhimento e apoio social. (DOKA, 2002).

Em sua obra inicial, Doka (1989) identifica três condições que configuram o Luto Não Reconhecido: a não legitimidade social da relação — como vínculos afetivos mantidos em sigilo ou considerados inadequados pelos códigos normativos —, a negação da perda e a exclusão do enlutado dos rituais de despedida. Em sua revisão posterior, o autor amplia esse quadro, acrescentando duas dimensões: as circunstâncias da morte e as formas socialmente aceitas de expressão do luto (DOKA, 2002, p. 10), evidenciando como diferentes mecanismos socioculturais definem quem pode ou não ter seu sofrimento reconhecido. Nessas situações, “a própria natureza do luto não reconhecido exacerba o sofrimento” (DOKA, 1999, p. 38), uma vez que o indivíduo é impedido de acessar práticas simbólicas de fechamento, redes de apoio e espaços de legitimação pública da dor. Como sintetiza o autor:

A própria natureza do luto não reconhecido exclui o apoio social [...]; muitas vezes não há um papel reconhecido no qual o enlutado possa reivindicar o direito de sofrer, e o luto pode ter de permanecer privado. (DOKA, 2002, p. 18)

Trata-se, portanto, de um sofrimento que se estrutura na intersecção entre perda e deslegitimação, constituindo um processo de dor socialmente silenciado.

Ao longo do desenvolvimento do conceito, Doka (2002) ressalta que o luto não reconhecido extrapola a experiência da morte e passa a abranger uma gama mais ampla de situações de perda socialmente desautorizada. Entre elas, o autor cita:

[...] crescer em um lar disfuncional, ir para a faculdade, perdas coletivas como o declínio de pequenas comunidades e processos de migração. (DOKA, 2002, p. 5-6)

Nessa perspectiva:

A migração é apresentada como exemplo de experiência em que a ruptura de vínculos e a ausência de reconhecimento social podem intensificar o sofrimento, dificultando a adaptação e a elaboração da perda. (DOKA, 2002, p. 398)

No Brasil, o conceito de luto não reconhecido, criado por Doka (1989; 2002), vem sendo retomado em diferentes produções acadêmicas, em contextos diversos. Em sua obra *O resgate da empatia*, Caselatto (2015) apresenta o luto não reconhecido como um desafio psicossocial, no sentido de que o problema não se reduz ao indivíduo, mas se situa no âmbito relacional, isto é, na falha da sociedade em legitimar o sofrimento. Essa ausência de reconhecimento frequentemente intensifica sentimentos de alienação e solidão. De forma complementar, Lapa e Nogueira (2022) realizaram uma investigação qualitativa com cinco pessoas que haviam perdido animais de estimação. O estudo evidenciou que a falta de reconhecimento social desse luto produziu impactos como isolamento, tristeza, culpa e um

profundo sentimento de incompreensão. Embora situados em experiências distintas, ambos os trabalhos partem do conceito de Doka (1989; 2002) e demonstram sua potência para iluminar formas de perda invisibilizada, que permanecem sem validação no espaço social.

Já no campo migratório, algumas pesquisas nacionais vêm trazendo contribuições relevantes. O estudo de Sbeghen et al. (2022), realizado no Vale dos Sinos (RS) com 71 participantes, identificou que as dificuldades ligadas ao idioma, à inserção no mercado de trabalho e às múltiplas formas de violência vivenciadas por migrantes e refugiados estavam diretamente associadas à ausência de políticas públicas de acolhimento e proteção social. Tais achados, embora não utilizem a categoria de luto não reconhecido, aproximam-se dela ao revelar como perdas de identidade, pertencimento e redes de apoio permanecem invisibilizadas.

Nessa mesma direção, o ensaio teórico “A (In)visibilidade do Outro: Reflexões sobre Refúgio e Migração” (MACEDO, 2022) evidencia que o silenciamento da subjetividade do migrante expressa práticas de indiferença social que, ao negar legitimidade às narrativas do refúgio e da migração, operam como formas de desumanização. Tal perspectiva aproxima-se do debate sobre o luto não reconhecido, na medida em que ambas problematizam a exclusão simbólica do sofrimento e a dificuldade de legitimar perdas que permanecem invisíveis no espaço social.

Essa leitura dialoga com o conceito de luto ambíguo desenvolvido por Pauline Boss (1999), como uma perda marcada pela incerteza e pela ausência de resolução. Tratando-se de uma experiência em que os indivíduos permanecem em suspensão entre presença e ausência: aquilo ou aquele que se perdeu não está plenamente acessível, mas também não está totalmente ausente. Por essa indefinição, é um luto “sem corpo, sem cerimônia, sem despedida”, que nunca encontra fechamento e, por isso, tende a ser continuamente revivido.

De acordo com Boss (1999), na migração forçada, a perda ambígua manifesta-se de forma evidente por meio daquilo que a autora denomina presença-ausência: o país de origem continua existindo, mas não pode ser habitado; a língua, a cultura e os vínculos afetivos permanecem vivos na memória, mas tornam-se inacessíveis no cotidiano. Essa condição, marcada pela suspensão e pela impossibilidade de integração plena entre passado e presente, mantém os indivíduos divididos entre a vida que ficou e a vida que tentam construir. Quando esse sofrimento não encontra reconhecimento social, sendo frequentemente minimizado por discursos como “você deveria ser grato por estar aqui”, a experiência torna-se ainda mais

invisível, produzindo efeitos que repercutem na adaptação, na continuidade biográfica e no modo como os participantes organizam sua vida cotidiana.

Nesse sentido, a pesquisa internacional *Ambiguous Loss and Embodied Grief Related to Mexican Migrant Disappearances* (CROCKER; REINEKE; RAMOS TOVAR, 2021) oferece uma contribuição relevante ao articular o conceito de perda ambígua (BOSS, 1999) com a perspectiva da corporalidade do sofrimento. As autoras demonstram que a incerteza prolongada quanto ao destino de familiares desaparecidos em contextos migratórios produz sofrimento emocional persistente, que se manifesta de forma somática, como insônia, dores, alterações metabólicas e sintomas associados ao estresse crônico. Essa dimensão do sofrimento que se expressa no corpo encontra respaldo nas reflexões de Bessel van der Kolk (2016), psiquiatra e pesquisador reconhecido por seus estudos sobre o trauma e suas repercussões na experiência subjetiva.

Em *O corpo guarda as marcas*, o autor demonstra ainda, que eventos emocionais de elevada intensidade, quando não encontram vias de elaboração simbólica, tendem a permanecer inscritos na memória corporal do indivíduo. Nessa perspectiva, o corpo atua como depositário das experiências não simbolizadas, manifestando, por meio de sintomas e estados emocionais recorrentes, a permanência de vivências que não puderam ser integradas à narrativa de si. A leitura de Van der Kolk amplia a compreensão do sofrimento ao evidenciar que a impossibilidade de reconhecimento e expressão emocional, tal como ocorre no luto não reconhecido e na perda ambígua, produz marcas que ultrapassam o campo psíquico, alcançando o corpo como espaço de inscrição da dor.

A imigração involuntária, especialmente em contextos de deslocamento forçado e refúgio, tem crescido significativamente, afetando milhões de pessoas em todo o mundo. Contudo, o luto não reconhecido, marcado pelo sofrimento emocional resultante de perdas e rupturas, muitas vezes não é adequadamente identificado e devidamente tratado por meio das políticas públicas e práticas de acolhimento. Esse luto invisível pode gerar grandes desafios para a adaptação, integração e saúde mental dos imigrantes, prejudicando sua capacidade de se integrar social e culturalmente. No presente estudo, a dimensão relacional será compreendida tanto como os vínculos familiares e comunitários quanto às formas de reconhecimento, quanto o não reconhecimento, social do sofrimento, uma vez que o luto não reconhecido é caracterizado justamente pela ausência de validação coletiva da perda (DOKA, 2002).

Embora o conceito de luto não reconhecido (DOKA, 1989; 2002) venha sendo explorado em diferentes contextos, sua aplicação ao campo da migração forçada ainda é pouco desenvolvida, sobretudo no cenário brasileiro. As produções nacionais concentram-se majoritariamente em investigar processos de inserção social, barreiras culturais e impactos psicossociais da migração (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021; 2022), sem, contudo, adotar diretamente a categoria de luto não reconhecido. Esses trabalhos, embora não representem a totalidade da literatura sobre o tema, revelam tendências de invisibilização de perdas ligadas à identidade, ao pertencimento e às redes de apoio, indicando a necessidade de ampliar a investigação para esse campo específico. Diferentemente do cenário internacional, em que o debate tem se consolidado em torno do luto e da perda no contexto migratório, no Brasil observa-se uma lacuna que reforça a relevância da presente pesquisa.

3.4. MIGRANTES FORÇADOS EM UM SEGUNDO PAÍS - O CONTEXTO BRASILEIRO

Compreender a experiência dos participantes requer situar o Brasil no cenário contemporâneo das migrações forçadas. Nas últimas décadas, o país consolidou-se como destino relevante para populações em deslocamento motivadas por crises humanitárias, violências políticas e violações sistemáticas de direitos humanos, um processo que se intensificou sobretudo após 2016. Segundo o Relatório Refúgio em Números (CONARE, 2023), o Brasil contabiliza mais de 600 mil solicitantes de refúgio e refugiados reconhecidos, refletindo um crescimento contínuo e expressivo. O fluxo venezuelano se destaca nesse conjunto: mais de 90% dos reconhecimentos recentes de refúgio correspondem a nacionais da Venezuela, cuja chegada está diretamente ligada ao colapso político, econômico e social do país.

Além dos venezuelanos, outros grupos passaram a compor o panorama migratório brasileiro. Entre eles, haitianos, cujo fluxo se intensificou após o terremoto de 2010, e migrantes oriundos de países africanos, como República Democrática do Congo, Angola e Senegal. A literatura especializada aponta que esses deslocamentos, frequentemente realizados por rotas longas e precárias, refletem importantes transformações estruturais no sistema internacional de mobilidade humana. Conforme discutem Domeniconi e Baeninger (2023), a inserção do Brasil na rota das migrações internacionais do século XXI está ligada à reestruturação do mercado global de trabalho, à intensificação das conexões transnacionais e ao papel dos países do Sul Global na circulação contemporânea de pessoas. Essa leitura converge com análises mais amplas, como as de Czaika e De Haas (2014), que demonstram

que o deslocamento forçado hoje envolve múltiplas dimensões, políticas, econômicas e ambientais, e não pode ser reduzido a modelos clássicos de migração.

O marco regulatório brasileiro é reconhecido como um dos mais robustos da região. A Lei 9.474/1997 estabeleceu um conceito ampliado de refúgio, incorporando situações de “grave e generalizada violação de direitos humanos”, aproximando o país dos padrões internacionais de proteção. Posteriormente, a Lei de Migração 13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro, introduzindo uma perspectiva baseada em direitos humanos e reforçando princípios como igualdade, não discriminação e acesso a serviços públicos. O CONARE operacionaliza essas normativas, mas enfrenta desafios importantes, como o aumento expressivo de solicitações e a limitação institucional para análise e decisão dos casos.

Do ponto de vista das políticas de acolhimento, destaca-se a Operação Acolhida, implementada em 2018, que atua na fronteira norte do país oferecendo triagem, documentação, atenção básica, abrigamento e interiorização para venezuelanos. Essa operação, descrita no Relatório do CONARE (2023), é reconhecida como uma das maiores iniciativas humanitárias da América Latina, articulando governo federal, ACNUR, OIM e sociedade civil. Contudo, fora desse contexto excepcional, o acolhimento no Brasil permanece desigual e descentralizado, dependendo da capacidade municipal e da atuação de organizações sociais — um aspecto enfatizado por Domeniconi & Baeninger (2023) ao analisarem a dinâmica de inserção de migrantes no Norte do país.

Apesar desse arcabouço jurídico normativo, os migrantes forçados enfrentam obstáculos significativos na integração cotidiana. Barreiras linguísticas, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho formal, informalidade, incertezas documentais e episódios de discriminação compõem um cenário marcado pela ambivalência. A literatura brasileira destaca que migrantes do Sul Global ocupam majoritariamente posições precarizadas, com vínculos instáveis e jornadas extensas, fenômeno amplamente documentado por Domeniconi & Baeninger (2023) em sua análise sobre a inserção sociolaboral de imigrantes na região Norte. Essa realidade revela, como já apontava Sayad (1998), a condição estruturalmente contraditória do migrante, simultaneamente necessário e indesejado, reconhecido na norma, mas frequentemente deslegitimado na prática social.

A ambivalência sintetiza o modo como o Brasil se apresenta enquanto “segundo país” para pessoas em situação de migração forçada: embora ofereça uma legislação avançada e políticas humanitárias relevantes, a materialização do acolhimento se dá em meio a

desigualdades regionais, seletividades institucionais e fragilidades estruturais que impactam diretamente o processo de recomposição de vida desses sujeitos. Essa tensão entre garantia formal de direitos e desamparo vivido é fundamental para compreender as narrativas analisadas neste estudo, especialmente no que diz respeito às formas de pertencimento, às experiências de invisibilidade e às estratégias de enfrentamento construídas pelos participantes ao se estabelecerem no território brasileiro.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos a partir das entrevistas foram examinados por meio da Análise Temática, proposta por Braun e Clarke (2006), considerada um método adequado para pesquisas qualitativas de caráter exploratório. Essa abordagem possibilita identificar padrões de sentido presentes nos relatos, permitindo organizar o material em categorias temáticas que expressem aspectos relevantes da vivência investigada.

A análise seguiu etapas que incluíram a leitura cuidadosa das entrevistas, a codificação inicial dos trechos mais significativos e a organização dos códigos em possíveis temas. Esses temas foram revisados, ajustados e refinados até chegarem às categorias finais do estudo. Para tornar o processo mais transparente, foi elaborada uma tabela (Apêndice C) que reúne as falas dos participantes, distribuídas por eixos e subtemas, mostrando como cada categoria emergiu das narrativas.

A partir desse processo analítico, foi possível identificar três eixos temáticos centrais, que estruturaram a interpretação dos dados e orientaram a organização dos resultados: (1) Experiências de Perda e Ruptura Associadas ao Processo Migratório; (2) Reconhecimento ou Invisibilidade Social Dessas Perdas; e (3) Repercussões Emocionais, Identitárias e Corporais. Esses eixos sintetizaram os principais padrões de sentido encontrados nas narrativas e revelaram que o luto não reconhecido se manifesta de maneira multidimensional, atravessando vínculos, pertencimento, identidade, reconhecimento social e modos de sentir e viver o corpo no processo de adaptação.

Assim, a análise permitiu evidenciar diferentes formas de vivência do luto não reconhecido e seus desdobramentos, oferecendo uma perspectiva integrada para compreender a complexidade do sofrimento migratório, que fundamenta a discussão apresentada na seção seguinte.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha das categorias temáticas ocorreu a partir da identificação das similaridades observadas nos discursos dos participantes. As entrevistas foram examinadas em profundidade, buscando unidades de significado presentes nas narrativas individuais e, posteriormente, comparadas entre si, o que permitiu reconhecer padrões compartilhados, recorrências e sentidos comuns no modo como cada participante descreveu suas experiências de deslocamento, perda, adaptação e sofrimento. A partir desse processo analítico, os dados foram organizados em três categorias temáticas centrais, construídas a partir da convergência entre os relatos e o diálogo com o referencial teórico que orienta este estudo. A primeira categoria, Experiências de perda e ruptura associadas ao processo migratório, reúne elementos relacionados à perda da pátria, do mundo vivido, de vínculos familiares e sociais, assim como de trajetórias profissionais e projetos de futuro interrompidos pela migração involuntária. A segunda categoria, Reconhecimento ou invisibilidade social dessas perdas, evidencia como o sofrimento decorrente do deslocamento forçado é, muitas vezes, silenciado, deslegitimado ou apenas parcialmente reconhecido, produzindo tensionamentos entre a dor vivida e a forma como essa dor é socialmente percebida e interpretada. Por fim, a terceira categoria, Repercussões emocionais, identitárias e corporais, abrange os impactos afetivos, subjetivos e corporificados observados nos participantes, incluindo manifestações emocionais intensas, reorganizações identitárias e mecanismos de defesa que emergem no enfrentamento das rupturas da migração. Juntas, essas categorias articulam perdas, reconhecimento social e repercussões subjetivas, permitindo compreender de maneira integrada a complexidade do luto não reconhecido e das vivências afetivas que atravessam o processo de migração involuntária.

5.1. Experiências de perda e rupturas associadas ao processo migratório

O tema “Experiências de perda e ruptura associadas ao processo migratório” abrange os modos pelos quais os participantes relataram as perdas decorrentes do deslocamento involuntário. A análise das narrativas evidenciou um conjunto de rupturas que extrapolam a mudança geográfica, incidindo sobre elementos afetivos, culturais, identitários e materiais que compunham o mundo vivido antes da migração. Essas perdas apresentam-se de forma interligada, atravessando diferentes dimensões da vida cotidiana e configurando um processo amplo de descontinuidade que repercute na organização subjetiva dos participantes.

A partir da codificação e da organização temática, esse eixo foi estruturado em três subtemas: (a) Perdas Familiares e Afetivas, (b) Perdas de Identidade, Cultura e Posição Social e (c) Perdas Materiais, do Cotidiano e da Continuidade. É importante destacar que alguns

fragmentos poderiam dialogar com mais de um subtema, dada a natureza multidimensional das perdas vivenciadas. Tais subtemas permitem apreender a amplitude e a complexidade das rupturas experienciadas, evidenciando como a migração involuntária implica deixar para trás vínculos, referências e recursos significativos. Neste estudo, cada trecho foi alocado ao subgrupo que melhor representava o sentido predominante identificado na narrativa, em consonância com a flexibilidade interpretativa própria da Análise Temática. A seguir, esses subtemas são apresentados e ilustrados por fragmentos das entrevistas.

O primeiro subtema “Perdas familiares e afetivas” reúne relatos que evidenciam a ruptura de vínculos significativos provocada pelo deslocamento involuntário, configurando um ponto marcante que revela o sofrimento psíquico do migrante. As narrativas dos participantes demonstram que as perdas familiares e afetivas são marcadas pela incerteza e pela descontinuidade do convívio. Omíro expressa essa suspensão: “Sem saber quando eu ia voltar... sem saber se eu ia voltar a ver a minha mãe viva.” Guaico aponta para a permanência de um vínculo simbólico em um lugar inacessível: “Meus parentes estão lá, minha formatura é lá.” E Leonza relata a quebra da rotina de convívio: “Com a falta dos familiares, com a falta das colegas...”

As perdas afetivas observadas evidenciam as dimensões centrais do luto no contexto migratório, atuando de forma interligada. O relato de Omíro ilustra a Perda Ambígua de Pauline Boss (1999), caracterizada pela coexistência de presença psicológica e ausência física. A incerteza expressa impede a resolução do luto, mantendo o sujeito em um estado de limbo emocional. Essa ambiguidade é a base para o Luto Não Reconhecido (Doka, 2002), pois a ausência de rituais e reconhecimento social oculta o sofrimento, tornando-o invisível e crônico.

A fala de Guaico evidencia a permanência simbólica de vínculos em um lugar que continua existindo, mas permanece inacessível, elemento que dialoga com a noção de “Dupla Ausência” proposta por Sayad (1998). Para o autor, o migrante ocupa uma posição intermediária, estando simultaneamente ausente do país de origem e não plenamente incluído no país de destino, o que produz um estado de suspensão estrutural. Tal condição aproxima a análise sociopolítica de Sayad das ambiguidades descritas por Boss (1999), ambas evidenciando formas de presença-ausência que atravessam a experiência migratória. Ao mesmo tempo, a deslegitimação dessa experiência, recorrente nas narrativas dos participantes, articula-se ao que Doka (2002) define como Luto Não Reconhecido, indicando que perdas familiares e afetivas não são eventos isolados, mas dimensões estruturais da migração

forçada. Por fim, o relato de Leonza demonstra a fragmentação da rede relacional que sustentava sua vida cotidiana, o que não é apenas uma ausência de pessoas, mas a perda das práticas habituais que configuravam à sua identidade (Ferreira, Lodetti e Borges, 2021).

Desse modo, as perdas familiares e afetivas evidenciadas pelos participantes configuram rupturas significativas, que podem ser compreendidas à luz da ambiguidade da perda (Boss), da invisibilidade social que caracteriza o Luto Não Reconhecido (Doka) e da condição de pertencimento suspenso descrita por Sayad (1998). Essa articulação teórica permite reconhecer que tais experiências não são apenas eventos individuais, mas se inscrevem em dinâmicas estruturais da migração forçada. Nesse sentido, os achados dialogam com Macedo (2021), ao apontar para processos de silenciamento da subjetividade migrante.

Diante desses elementos, é possível identificar que as perdas familiares e afetivas incluem tanto o luto antecipatório, evidenciado na fala de Omíro, ao afirmar “sem saber se eu ia voltar a ver a minha mãe viva”, quanto a ruptura contínua dos vínculos que organizavam a vida cotidiana antes da migração. Um dos participantes também relatou a fragmentação familiar após o deslocamento, evidenciando como o afastamento compulsório desestabiliza redes familiares. Essa dimensão ilustra a Perda Ambígua descrita por Pauline Boss (1999), caracterizada pela incerteza sobre o retorno e pela coexistência entre presença psicológica e ausência física das pessoas significativas. Além disso, a distância afetiva e a impossibilidade de retorno imediato dialogam com a noção de Dupla Ausência proposta por Sayad (1998), segundo a qual o migrante permanece entre mundos sem conseguir integrar-se plenamente a nenhum deles. Assim, o subtema evidencia como as perdas familiares e afetivas repercutem na experiência emocional dos participantes, produzindo estados prolongados de incerteza e suspensão dos vínculos.

O segundo subtema “Perdas de identidade, cultura e posição social” reúne fragmentos que evidenciam rupturas nas referências culturais, profissionais e simbólicas que organizavam o cotidiano dos participantes antes da migração. Essas perdas afetam o sentido de continuidade biográfica e interferem na forma como cada um reconhece sua posição social e sua capacidade de agência no novo contexto. É relevante notar que os três participantes ocupavam posições profissionais consolidadas em seus países de origem, o que torna as rupturas ainda mais significativas. No caso dos participantes venezuelanos, apesar da formação e experiência profissional, a impossibilidade de convalidar o diploma no Brasil impediu a continuidade das carreiras, produzindo um deslocamento acentuado em suas trajetórias. Já o participante cubano chegou ao país como médico vinculado ao Programa

Mais Médicos, mas, ao desligar-se de Cuba, passou a enfrentar exigências burocráticas para revalidar diploma e especialização, o que resultou na interrupção temporária do exercício profissional e em dificuldades relacionadas ao visto. Essas situações, que serão aprofundadas no Eixo 2, evidenciam como processos de validação institucional e reconhecimento social moldam as condições de inserção dos migrantes e intensificam as perdas associadas à identidade e à posição social.

Essas trajetórias evidenciam, nas falas dos participantes, a quebra da continuidade identitária e a desorientação diante dos novos códigos socioculturais. Omíro expressa o sentimento de não pertencimento: “A gente chega a perder a identidade... não sei mais de onde eu sou,” e aponta para a desqualificação social: “O sotaque já é uma barreira... me veem como se eu fosse de outro planeta.” Guaico revela a perda profissional e o julgamento social: “Eu sou engenheiro petroquímico... ter que abrir mão do que eu me formei foi bastante complicado,” e ainda registra a invalidação de terceiros: “Você era engenheiro lá, ficava lá então’... essa pessoa não entende por que saímos.” Por fim, Leonza relata a perda de rituais e de status: “O Natal... é tradição. Aqui... ninguém celebra do mesmo jeito...” e “Eu era professora na Venezuela... aqui não consigo exercer minha profissão.”

O desenraizamento da identidade está alicerçado na perda do referencial cultural. A fala de Omíro (“não sei mais de onde eu sou”) e a de Guaico (“o coração está lá”) ilustram perfeitamente o conceito de “Dupla Ausência” de Sayad (1998). O migrante, ao perder o pertencimento integral no país de origem e não conquistar a inserção plena no país de acolhida, vive uma condição de suspensão existencial. Essa suspensão, por sua vez, alinha-se à Perda Ambígua de Boss (1999). As perdas culturais, os diplomas e os laços afetivos não se extinguíram, mas se tornaram inacessíveis, permanecendo psicologicamente presentes, mas em uma situação de supressão da possibilidade factual e real de viver esses objetos ou essas situações e posições que impede a resolução do luto e mantém o sujeito em um estado crônico de incerteza (Boss, 1999).

Essa ambiguidade cultural se manifesta de forma aguda na perda de rituais e símbolos, como o Natal, apontado por Leonza. A desestabilização de práticas comunitárias, como o Natal, rompe não só com a tradição, mas com a própria Mundanidade. Conforme a perspectiva fenomenológica adotada (Pereira e Gil Filho, 2014; Sousa, 2023), a perda dessa estrutura de referências fragiliza o sentido de ser-no-mundo. Essa ruptura existencial produz a desorientação e a quebra da continuidade identitária (Ferreira, Lodetti e Borges, 2021).

O ápice dessa desorganização é a perda de status e posição social, configurando o Luto Não Reconhecido (Doka, 2002), que é ativamente imposto pelo julgamento social. O relato de Guaico, “Você era engenheiro lá, ficava lá então...”, explicita a invalidação direta da dor e a incompreensão da realidade forçada da migração por parte de terceiros. A perda da identidade profissional (Engenheiro/Professora), agravada pela desqualificação simbólica (o sotaque de Omíro), é uma dor que não encontra acolhimento.

Em conjunto, esses achados demonstram que as perdas identitárias, culturais e de posição social se manifestam como um processo complexo de Luto Não Reconhecido. A migração involuntária desloca os participantes para um espaço onde suas competências, trajetórias e referências culturais se tornam invisíveis ou inacessíveis, intensificando a ferida identitária e resultando no silenciamento da subjetividade migrante (Macedo, 2021). Essa invisibilidade é reforçada justamente pelo estado de dupla Ausência (Sayad), onde o sujeito, por não conseguir acessar ou habitar plenamente esse "novo" mundo de forma reconhecida, permanece silenciado pela sociedade.

Nesse subtema, as perdas de identidade, cultura e posição social aparecem de forma recorrente nas narrativas e se expressam em dois conjuntos principais. As perdas culturais e identitárias emergem no estranhamento linguístico e na ruptura de referências simbólicas, como na fala de Omíro, que afirma “não sei mais de onde eu sou”, e na experiência de Leonza ao comparar a celebração do Natal no Brasil com a da Venezuela. Esses relatos evidenciam sentimentos de não pertencimento e desenraizamento, em consonância com a noção de Dupla Ausência descrita por Sayad (1998). Já as perdas profissionais e de posição social manifestam-se na impossibilidade de exercer as carreiras de origem e no rebaixamento ocupacional, como expressa Guaico ao afirmar que “ter que abrir mão do que eu me formei foi bastante complicado”. Nesses casos, os referenciais profissionais permanecem psicologicamente presentes, mas se tornam inacessíveis, o que dialoga com a Perda Ambígua proposta por Boss (1999). Em conjunto, esses elementos permitem visualizar como as perdas identitárias e socioculturais atravessam a experiência migratória e integram o conjunto de rupturas analisadas neste eixo, contribuindo para delinear as transformações que marcam o processo de adaptação dos participantes.

O terceiro subtema “Perdas materiais e do cotidiano” reúne relatos que evidenciam as rupturas nas condições práticas de vida e na organização diária decorrentes da migração involuntária. As narrativas apontam para a perda de recursos materiais, de estabilidade econômica e de rotinas que estruturavam o cotidiano dos participantes em seus países de

origem. Essas mudanças afetam diretamente a sensação de segurança, continuidade e controle sobre a própria vida, configurando um conjunto de perdas que se expressa tanto na esfera prática quanto na vivência subjetiva do processo migratório.

As perdas do cotidiano, da continuidade e do mundo vivido manifestam-se nas narrativas como rupturas que atingem dimensões práticas e existenciais, desorganizando a estrutura de significados que sustentava a vida dos participantes antes da migração. A fala de Omíro, (1) “Deixar tudo para trás, tudo na vida para trás... sentimento de perda constante.”, revela uma experiência de descontinuidade profunda, marcada pela quebra da familiaridade e da estabilidade que configuravam seu ser-no-mundo. Esse movimento dialoga diretamente com a noção heideggeriana de facticidade, entendida como o conjunto de condições concretas e pré-reflexivas que orientam a existência. Quando abruptamente interrompidas, tais condições geram uma sensação de perda, o que se articula ao que Doka (2002) descreve como luto não reconhecido, no qual o sofrimento decorrente de rupturas significativas não encontra espaço de validação social.

O relato de Guaico (2) “Chegar em um país onde você não fala, você não entende como funciona o sistema... esse choque para nós é catastrófico.” evidencia a perda da inteligibilidade do cotidiano, aproximando-se do que Ferreira, Lodetti e Borges (2021) descrevem como colapso das estruturas práticas que sustentam a autonomia e a agência do sujeito. O choque descrito aponta para uma perda da capacidade de orientar-se no mundo, produzindo insegurança, vulnerabilidade e um sentimento de inadequação diante de normas, linguagens e dinâmicas desconhecidas. Essa situação também envolve uma dimensão simbólica de luto, uma vez que, como destaca Boss (1999), a pessoa permanece psicologicamente vinculada ao mundo que deixou, mas precisa confrontar a ausência de continuidade e a impossibilidade de manter práticas que antes compunham seu cotidiano.

Já a narrativa de Leonza, (3) “Na Venezuela eu tinha muitas coisas... quando cheguei no Brasil não tinha nada.”, evidencia a perda material e a desestabilização das condições concretas de vida, aproximando-se do que Sayad (1998) denomina efeitos materiais e simbólicos da migração enquanto fato social total, que desorganiza simultaneamente o lugar social, o cotidiano e a identidade. A brusca perda de recursos e estabilidade repercute não apenas na organização prática da vida, mas no próprio sentimento de dignidade e continuidade biográfica. Em articulação com Macedo (2021), observa-se que essa precarização tende a ser acompanhada de invisibilidade do sofrimento, pois tais perdas são raramente reconhecidas como formas legítimas de dor. Em conjunto, esses fragmentos

revelam que as perdas do cotidiano e da facticidade ultrapassam a esfera prática e configuram um processo de luto não reconhecido, no qual o sujeito precisa reconstruir referências, significados e modos de ser em um contexto que não acolhe suas rupturas.

Em síntese, o Eixo 1 demonstra que as perdas vivenciadas pelos participantes são múltiplas, entrelaçadas e profundamente existenciais. Elas não se limitam à dimensão material, mas alcançam vínculos, pertencimento, identidade profissional, autoestima e projetos de futuro, configurando um quadro de rupturas contínuas.

Tais perdas correspondem ao que Doka (2002) define como luto não reconhecido, uma vez que ocorrem sem legitimidade social e sem espaços para elaboração simbólica. Ao mesmo tempo, apresentam características da Perda Ambígua de Boss (1999), marcada pela presença-ausência daquilo que foi deixado para trás e pela impossibilidade de fechamento emocional.

Somadas à Dupla Ausência descrita por Sayad (1998), essas experiências evidenciam que a migração forçada instaura um cenário de descontinuidade da existência, em que o sujeito precisa reorganizar referências, mundos de vida e sentidos de si. Assim, o Eixo 1 revela que a base do sofrimento migratório está na sobreposição de perdas que estruturam um luto invisibilizado, cuja complexidade será aprofundada no Eixo 2.

5.2. Reconhecimento ou invisibilidade social das perdas

O Eixo 2 volta-se, portanto, para as formas pelas quais essa invisibilidade é socialmente reproduzida e vivenciada pelos participantes, intensificando a ferida subjetiva por meio de mecanismos de invalidação e negação. Nas narrativas, a invisibilidade aparece associada à sensação de continuidade e prolongamento da dor, em consonância com Doka (1989, 2002), para quem perdas deslegitimadas tendem a permanecer abertas e de difícil elaboração simbólica.

O subtema “Invalidação Social, Institucional e Exploração” concentra as narrativas que revelam a invalidação institucional e a exploração sistemática, evidenciando como as estruturas sociais do país de acolhimento deslegitimam o sofrimento e a história dos migrantes.

Para um dos participantes, a impossibilidade de finalizar a perda está ligada ao fato de estar formalmente exilado de Cuba. Como relata Omíro: “Eu estou exilado aqui. Eu não tenho como entrar na Cuba”. No caso dele, a proibição de retorno impede rituais ou despedidas, mantendo a perda em suspensão. Essa experiência, contudo, não se aplica aos demais

participantes. A impossibilidade de retornar para realizar rituais de fechamento de ciclo (visitar entes queridos, formatura, velórios) configura uma Perda Ambígua (Boss, 1999), na qual o vínculo permanece psicologicamente presente, mas é irresolúvel no plano factual. Essa ausência de segurança e de controle é agravada pela incerteza legal e institucional, que mantém o sujeito em vulnerabilidade constante. "O imigrante nunca vai estar seguro... as leis podem mudar de um dia para o outro". A falta de estabilidade, mesmo após anos de permanência, é a materialização do luto não reconhecido.

A perda da identidade profissional relatada pelos participantes — como na fala de Guaico, “Eu sou engenheiro petroquímico... ter que abrir mão do que eu me formei foi bastante complicado” — não é apenas uma dificuldade prática, mas um eixo central da ruptura biográfica. Estudos nacionais como os de Ferreira, Lodetti e Borges (2021; 2022) apontam que a migração involuntária frequentemente interrompe trajetórias profissionais, desorganizando papéis sociais, fontes de pertencimento e projetos de futuro, o que fragiliza a continuidade identitária. De forma complementar, Sbeghen et al. (2022) evidenciam que a dificuldade de inserção laboral e a subutilização de competências são elementos estruturais da experiência migratória no Brasil, contribuindo para a precarização e a perda de reconhecimento social.

Nessa perspectiva, a perda profissional vivida pelos participantes assume características de Luto Não Reconhecido (Doka, 2002), uma vez que sua dor não encontra validação institucional ou social. Ao mesmo tempo, configura uma Perda Ambígua (Boss, 1999), pois a identidade profissional permanece psicologicamente presente, mas se torna inacessível no novo país, sem possibilidade de resolução. Por fim, essa desqualificação reforça a condição de Dupla Ausência descrita por Sayad (1998): o migrante perde o lugar social que ocupava em seu país de origem e não é plenamente reconhecido na sociedade de destino.

De forma complementar, é possível observar que a invalidação se manifesta na exigência de desempenho e na negação do status. A sociedade de acolhimento não aceita o migrante em sua fragilidade, impondo uma condição de aceitação inatingível: (Omíro) "O imigrante para ser aceito tem que demonstrar que é melhor... é difícil... e nunca vai conseguir". Essa cobrança por excelência é a negação do rebaixamento de status já discutido no Eixo 1. O migrante perde o lugar social de sua origem (engenheiro, professor) e, ao mesmo tempo, não é reconhecido em sua nova condição (refugiado, trabalhador manual), precisa constantemente comprovar que é capaz, suficiente e que tem as qualificações maiores.

Nos relatos, os participantes trouxeram a invalidação, a exploração e o preconceito explícito. O relato de Leonza sobre a exploração laboral ("Brasileiros se aproveitam... fazíamos serviços grandes e não pagavam") é a concretude da invisibilidade do direito. A essa violência estrutural soma-se a violência interpessoal. Leonza narra a rejeição com atribuição de culpa: "Eles rejeitavam a gente. Eles diziam que nós roubávamos o trabalho deles". A negação da legitimidade do sofrimento e a atribuição de culpa são respondidas com o retraimento: "Era indignante... mas a gente ficava calada, fechada". Tais vivências se enquadram no conceito de silenciamento da subjetividade (Macedo, 2021), onde a dor, além de não ser reconhecida, é ativamente rechaçada, obrigando o sujeito a internalizar o sofrimento e a renúncia.

O subtema "Invisibilidade da Identidade, da Cultura e do Pertencimento" anterior focou na dimensão estrutural do não reconhecimento, este se volta para as formas como a identidade e o pertencimento são ativamente apagados, impedindo a reconstrução da subjetividade e aprofundando o estado de Dupla Ausência (Sayad, 1998).

A invisibilidade começa com a ridicularização e a exotização, que transformam a origem em um fardo. O sotaque, que é a marca da origem e um veículo de comunicação, é patologizado. "O sotaque já é uma barreira... me veem como um objeto, uma figura, como se fosse de outro planeta". Omíro aponta a ofensa implícita: "Às vezes é ofensivo... a forma como tratam o sotaque". O migrante é reduzido a um exotismo ou a uma falha a ser corrigida, como na cobrança por assimilação total: "Me disseram: 'Você tem nove anos aqui e ainda mantém esse sotaque?'". Essa exigência de apagamento cultural intensifica o luto pela identidade perdida, pois o sujeito é obrigado a se desidentificar de suas raízes para tentar se encaixar.

A pressão por assimilação resulta na renúncia cultural e no luto pela mundanidade. A cultura de origem é invisibilizada, ignorada ou ativamente negada como fonte de pertencimento. Leonza relata a dor cultural não compartilhada: "O Natal daqui é horrível... é a saudade mais forte que temos", e "Na Venezuela tudo é familiar... aqui ninguém celebra junto". A perda de rituais e de práticas simbólicas (música, comida) rompe com aquilo que a fenomenologia heideggeriana descreve como mundanidade, conforme a interpretação apresentada por Pereira e Gil Filho (2014), o universo de referências que sustenta a existência.

A invisibilidade é reforçada pela falha na comunicação, que fragiliza a capacidade de agência e pertencimento. A dificuldade com o idioma é "horrível... muito difícil... a gente não conseguia se comunicar" diz Leonza. A incapacidade de narrar a própria dor e história (em

parte pelo idioma e em parte pelo silenciamento) mantém o sujeito na condição de Dupla Ausência (Sayad), onde ele perdeu o direito de ser compreendido em seu lugar de origem e ainda não tem as ferramentas para ser plenamente compreendido no lugar de destino. A dor cultural, por não ser reconhecida pela comunidade de acolhimento, intensifica a solidão e a sensação de não pertencimento.

A conclusão central do Eixo 2 é que a ausência de reconhecimento institucional e social das perdas vividas pelos participantes contribui de forma decisiva para a construção de sua invisibilidade e para a fragilização de suas identidades. Dor experimentada é frequentemente silenciada ou tratada como ilegítima, configurando o que Doka (2002) denomina Luto Não Reconhecido, processo no qual o sofrimento não encontra espaço de validação simbólica ou relacional. A barreira linguística aprofunda esse apagamento ao limitar a possibilidade de narrar a própria história, reivindicar pertencimento e construir reconhecimento social.

A conclusão central do Eixo 2 é que a ausência de reconhecimento institucional e social dessas perdas contribui significativamente para a sensação de invisibilidade e para a fragilização da identidade dos migrantes. A dor vivenciada é frequentemente silenciada ou deslegitimada, reforçando o que Doka (1989; 1999; 2002) denomina Luto Não Reconhecido; além disso, a barreira linguística agrava essa invisibilidade ao dificultar a capacidade de narrar a própria história e reivindicar pertencimento.

Em síntese, o Eixo 2 evidencia que a invisibilidade das perdas não é um fenômeno individual, mas um processo social de deslegitimação da dor, que impede o reconhecimento, a expressão e a elaboração do sofrimento. Tal processo reforça a dinâmica de Perda Ambígua descrita por Boss (1999) e se articula à Dupla Ausência proposta por Sayad (1998), produzindo um estado de suspensão identitária e afetiva no qual o migrante vive entre mundos, sem pleno pertencimento em nenhum deles. Assim, o Eixo 2 demonstra que o apagamento simbólico do sofrimento intensifica os impactos emocionais e corporais da migração forçada, aspectos que serão aprofundados no Eixo 3.

5.3. Repercussões do Luto Não Reconhecido e Estratégias de enfrentamento

O tema “Repercussões emocionais, identitárias, corporais e estratégias de enfrentamento” representa o eixo final da análise. Ao utilizar o termo 'Repercussões', reconhece-se que o sofrimento não é um resultado linear e fechado, mas sim um conjunto de efeitos que ressoam e reverberam na subjetividade, no corpo e nas relações do sujeito. Este

eixo é crucial para analisar como o luto não reconhecido (Eixo 2) se manifesta e como o sujeito busca a reconfiguração do eu diante da dor, por meio de suas estratégias de enfrentamento próprias.

O subtema “As Repercussões Psicossociais e Corporais do Luto na migração” concentra as manifestações emocionais, identitárias e corporais do luto não reconhecido, demonstrando como o sofrimento invisível é internalizado e manifestado na subjetividade e no corpo do migrante. Os achados demonstram que uma das primeiras repercussões é o sofrimento íntimo, a tristeza persistente e o medo constante. A dor gerada pela impossibilidade de retorno e a instabilidade documental são internalizadas, resultando em vulnerabilidade e ansiedade. Omíro expressa o medo permanente: "O medo maior é não saber quando vou voltar... ou se vou voltar", caracterizando um luto antecipatório que se cronifica. Esse medo se soma a um sofrimento íntimo onde "Ninguém imagina o que a gente passa... imigrante sofre muito". A tristeza pela perda é manifestada por Leonza como "Dava muita tristeza, sabe? Muita saudade da terra, sabe? Aquele sentimento, aquela dor". Esses achados convergem com Ferreira, Lodetti e Borges (2021), que apontam que a migração involuntária fragiliza a subjetividade e intensifica sentimentos de tristeza, vulnerabilidade e sofrimento emocional prolongado. À luz de Van der Kolk (2016), compreende-se que emoções intensas que não encontram vias de expressão ou reconhecimento tendem a se inscrever no corpo, constituindo a base para manifestações psicossomáticas que aparecem no curso da experiência migratória.

Ao nível existencial, o luto não reconhecido produz uma profunda descontinuidade da vida e fragmentação identitária. A migração é percebida como um corte biográfico, forçando o "começo do zero". Essa descontinuidade é agravada pela perda dos papéis sociais, com Guaico lamentando a ruptura conjugal e a perda de status dentro da família. "Perdi meu lugar... como pai, como marido, como tudo". A sensação de não se reconhecer, como na fala de Leonza "Teve momento que eu não me reconhecia mais... parecia outra pessoa", é metaforizada por Guaico como "É como um peixe fora d'água... vivo, mas agonizando", ilustrando a essência da Dupla Ausência no nível do corpo vivido. Esses achados dialogam com a pesquisa de Crocker, Reineke e Ramos Tovar (2021), que demonstra que experiências de perda prolongada e ausência de pertencimento tendem a produzir estados de fragmentação identitária e sofrimento que se inscrevem no corpo, revelando que o impacto emocional da migração forçada frequentemente assume também uma dimensão somática.

O sofrimento se manifesta, por fim, no plano corporal e psicossomático. O corpo se torna o palco da dor que não pode ser dita ou reconhecida. A angústia crônica se somatiza em exaustão e tensão. Leonza relata o cansaço extremo, que "não é só física... [é] emocional também". Omíro também expressa essa somatização: "Meu corpo doía... parecia que carregava uma tonelada. A tensão e a rigidez corporal, relatadas por Guaico ("Ficava travado... parecia que tudo pesava"), demonstram o impacto da angústia crônica.

O subtema "Estratégias de Enfrentamento: Suporte Afetivo Recíproco e a Reorganização Ativa da Existência" aborda a resistência ativa dos participantes, mostrando que a reorganização da vida acontece no plano afetivo e cultural, atuando como uma resposta aos processos de desestruturação e silenciamento. A Resistência Ativa, aqui, é compreendida como a capacidade do sujeito de não sucumbir ao silenciamento (Macedo, 2022), realizando ações concretas que afirmam sua existência e seu valor.

A principal estratégia identificada é o suporte afetivo recíproco, que emerge como forma de compensar a ausência de reconhecimento social da dor migratória. Guaico relata: "Os amigos diziam: 'não desista'... isso me seguiu muito". Esse acolhimento entre pares funciona como um microambiente de validação cotidiana, atenuando os efeitos da invisibilidade do sofrimento descrita por Doka (2002) no contexto do Luto Não Reconhecido.

Em articulação com formas de resistência observadas nas narrativas, a reorganização da rotina Leonza: "A gente ia se ajeitando... um dia de cada vez" e a preservação de elementos culturais (Omíro: "minhas músicas, minhas comidas") configuram práticas do que se pode compreender como resistência ativa, isto é, ações cotidianas pelas quais os participantes buscam restaurar continuidade e sentido diante das rupturas impostas pela migração. A reconstrução gradual da rotina expressa um movimento de reorganização da facticidade, tal como concebida por Heidegger e interpretada por Sousa (2023), na medida em que recria pequenos mundos de familiaridade no novo contexto. Já a manutenção de práticas culturais funciona como forma de resistência identitária, afirmando continuidade simbólica mesmo sob pressões de assimilação e apagamento cultural, aspecto que dialoga com a noção de agência frente ao silenciamento discutida por Macedo (2022).

A fala de Leonza — "Eu dizia pra mim mesma: vai passar... contínua" — indica um esforço de manejar a intensidade da dor por meio de afirmações dirigidas a si mesma. Esse tipo de enunciado aparece como um recurso utilizado para sustentar o cotidiano em meio ao sofrimento contínuo do processo migratório. De acordo com Doka (2002), em contextos de

luto não reconhecido, estratégias individuais de sustentação tendem a emergir diante da ausência de validação social da perda.

Em síntese, o Eixo 3 demonstra que o luto não reconhecido decorrente da migração forçada produz repercussões profundas nas dimensões emocional e corporal dos participantes. A tristeza persistente, o medo e o cansaço extremo, associados às tensões físicas relatadas, evidenciam como o sofrimento não simbolizado se expressa somaticamente, em consonância com Van der Kolk (2016), para quem o corpo atua como espaço de inscrição das experiências que não encontram vias de elaboração.

Do ponto de vista psicossocial, a continuidade da dor está diretamente ligada à ausência de validação social, característica central do Luto Não Reconhecido (Doka, 2002). As rupturas vivenciadas nos eixos anteriores reaparecem aqui como efeitos duradouros na agência, na motivação e na continuidade biográfica, revelando que o sofrimento migratório não é episódico, mas estrutural.

Ao mesmo tempo, as estratégias de enfrentamento identificadas como rotinas, redes de apoio e preservação de práticas culturais funcionam como formas de resistência ativa (Macedo, 2022), permitindo reorganizar parcialmente a experiência e afirmar um senso mínimo de continuidade diante da perda. Essas práticas revelam um movimento de restauração simbólica que se articula, ainda que de forma limitada, às dinâmicas de ambiguidade da perda descritas por Boss (1999).

A partir das narrativas analisadas, o Eixo 3 revela que as rupturas vivenciadas na migração forçada produzem repercussões duradouras tanto na subjetividade quanto no corpo. O sofrimento íntimo aparece como um elemento estrutural e contínuo, manifestado em sentimentos persistentes de tristeza, medo e insegurança que acompanham o cotidiano dos participantes. Essas emoções não elaboradas incidem diretamente no corpo, que se torna o lugar onde a dor é descarregada e registrada: cansaço extremo, tensão muscular, rigidez e choro surgem como expressões somáticas do sofrimento, em consonância com a perspectiva de Van der Kolk (2016), segundo a qual experiências traumáticas não simbolizadas deixam marcas corporais. Apesar dessas repercussões, emergem estratégias de enfrentamento que possibilitam algum grau de reorganização subjetiva, como a reconstrução da rotina, o apoio afetivo recíproco entre migrantes e a preservação de práticas culturais significativas, que funcionam como formas de resistência e de afirmação de continuidade diante das perdas.

Em síntese, o Eixo 3 evidencia que o sofrimento vivido pelos participantes se manifesta tanto no plano emocional quanto no corporal, aparecendo em relatos de tristeza persistente, tensão física e estratégias de reorganização cotidiana. Esses aspectos revelam que a experiência migratória envolve múltiplas dimensões que precisam ser consideradas em práticas de cuidado e em políticas públicas voltadas às populações em deslocamento forçado.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo compreender como migrantes forçados experienciam o luto não reconhecido em suas dimensões psicossociais e afetivas. Os resultados indicam que o sofrimento migratório ultrapassa a perda concreta de território ou recursos materiais, configurando-se como um processo contínuo de ruptura da familiaridade com o mundo vivido e de deslegitimação social da dor.

No Eixo 1, a análise temática evidenciou que as perdas relatadas são múltiplas: familiares, identitárias, profissionais, culturais e materiais, e constituem um movimento persistente de suspensão entre passado e presente. Tais achados dialogam com a noção de Perda Ambígua (Boss, 1999) e com a condição de Dupla Ausência (Sayad, 1998), nas quais o sujeito permanece simultaneamente vinculado ao país de origem e parcial ou precariamente inserido no novo contexto.

No Eixo 2, verificou-se que a invisibilidade do sofrimento não se dá apenas pela ausência de acolhimento, mas é produzida por mecanismos ativos de invalidação social, institucional e cultural. Xenofobia, ridicularização do sotaque, subutilização profissional e precarização laboral configuram processos que reforçam o Luto Não Reconhecido (Doka, 2002), restringindo o acesso do migrante a espaços de expressão, validação e apoio.

O Eixo 3 mostrou que a ausência prolongada de reconhecimento repercute de forma significativa na subjetividade e no corpo. Sentimentos de medo, tristeza, desorientação e perda de continuidade identitária emergem como efeitos de um sofrimento cuja expressão encontra poucos lugares de legitimação. Em consonância com Van der Kolk (2016), observou-se que essa dor tende a manifestar-se corporalmente, revelando que tensões emocionais não simbolizadas podem assumir forma somática. A dimensão da faticidade, enquanto modo de inserção no mundo, permitiu compreender como a ruptura das referências cotidianas desestabiliza o sentimento de pertencimento e de orientação existencial.

Apesar das adversidades, os participantes demonstraram estratégias de enfrentamento que funcionam como formas de reorganização da vida, como a manutenção de práticas culturais, o apoio entre pares e a construção de redes afetivas. Esses elementos revelam movimentos de preservação identitária e de resistência ao silenciamento, mesmo em contextos de vulnerabilidade.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui ao articular o Luto Não Reconhecido com perspectivas fenomenológicas e críticas da migração, ampliando a compreensão do

sofrimento migratório para além das dimensões econômicas e documentais. Os achados reforçam a importância de que políticas públicas e serviços de saúde mental reconheçam as múltiplas formas de perda envolvidas na migração forçada, incorporando abordagens sensíveis às experiências emocionais, narrativas e corporais desses sujeitos.

Como limitações, destaca-se o número reduzido de participantes e a delimitação geográfica, aspectos que restringem a generalização dos resultados. No entanto, o estudo abre caminhos para pesquisas futuras que aprofundem as relações entre perda, identidade, reconhecimento social e práticas de acolhimento no contexto brasileiro.

Compreender o luto migratório como forma legítima de sofrimento constitui passo fundamental para a construção de políticas e práticas que promovam cuidado digno, acolhimento qualificado e reconhecimento às pessoas em situação de deslocamento forçado.

7. REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. *Relatório global 2022*. Genebra: ACNUR, 2022.

ACNUR. *Global Trends: Forced Displacement in 2023*. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BAENINGER, Rosana et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 4, p. 1–35, 2021. Disponível em: <https://www.trabalhodecentro.prt15.mpt.mp.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BOSS, Pauline. *Ambiguous loss: learning to live with unresolved grief*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, London, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jul. 1997.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016. Regulamenta pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

CASADO, Banghwa L.; HONG, Michin; HARRINGTON, Donna. Measuring migratory grief and loss associated with the experience of immigration. *Research on Social Work Practice*, v. 20, n. 6, p. 611-620, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049731509360840>.

CASELLATO, Gabriela. *O resgate da empatia*. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). *Refúgio em números: 2023*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>. Acesso em: 16 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n.º 010/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

CROCKER, Rebecca M.; REINEKE, Robin C.; RAMOS TOVAR, María Elena. Ambiguous loss and embodied grief related to Mexican migrant disappearances. *Medical Anthropology*, Abingdon, v. 41, n. 7, p. 598-611, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01459740.2020.1860962>.

CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. The Globalization of Migration: Has the World Become More Migratory? *International Migration Review*, v. 48, n. 2, p. 283–323, 2014. Arquivo enviado pela usuária.

DOKA, Kenneth J. *Disenfranchised grief: recognizing hidden sorrow*. Lexington, MA: Lexington Books, 1989.

DOKA, Kenneth J. *Disenfranchised grief in historical and cultural perspective*. San Francisco: Research Press, 1999.

DOKA, Kenneth J. *Disenfranchised grief: new directions, challenges, and strategies for practice*. Champaign, IL: Research Press, 2002.

EMIGRANTE. In: *MICHAELIS* dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=pVZ9>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FERREIRA, A. V. S.; BORGES, L. M. Metamorfoses interculturais: o impacto da imigração na saúde mental de imigrantes universitários latino-americanos. *Educação em Revista*, v. 38, e25665, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469825665>.

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: o sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, p. 141–158, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IMIGRANTE. In: *MICHAELIS* dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=imigrante>. Acesso em: 12 nov. 2025.

JIBRIN, M.; BOEIRA-LODETTI, M.; MARTINS-BORGES, L. Intervenções interculturais em saúde mental: psicoterapia com imigrantes e refugiados. In: LUSSI, C. (Org.). *Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos*. Brasília: CESEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 289-304.

LAPA, D. M. K.; NOGUEIRA, M. T. O luto não reconhecido pela morte do animal de estimação: um estudo com tutoras de animais na cidade de Canguçu-RS. *Psicologia Revista*, v. 31, n. 1, p. 251–270, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/52336>. Acesso em: 12 set. 2024.

MACEDO, M. M. K. A (In)visibilidade do Outro: Reflexões sobre Refúgio e Migração. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e239394, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003239394>.

MARTINS-BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 21, n. 40, p. 151–162, jan. 2013.

MIGRAÇÃO. In: MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais. *Refúgio em Números: 10ª edição*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES (OIM). *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo*. Brasília: DPU, 2019.

PEREIRA, Rosa Martins Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Uma leitura da mundanidade do luto de imigrantes, refugiados e apátridas. *GeoTextos*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 191–214, dez. 2014.

RENNER, Anna; SCHMIDT, Viktoria; KERSTING, Anette. Migratory grief: a systematic review. *Frontiers in Psychiatry*, v. 15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2024.1303847>.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. Prefácio de Pierre Bourdieu. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOUSA, André Wallas da Silva. Hermenêutica da vida fática de Heidegger. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília*, v. 11, n. 2, p. 11–26, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v11i2.53092>.

SBEGHEN, Camila; WENDLING, Andressa; ARNOLD, Vilma; MICHAELSEN MACEDO, Jaqueline; GIONGO, Carmem Regina. Deslocamento e inserção social: vivências de

migração e refúgio. *Serviço Social em Revista*, v. 25, n. 2, p. 439–459, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2022v25n2p439>.

SKRAMSTAD, Laila; TOLLEFSEN, Andreas Forø; BUHAUG, Halvard. Migrant exposure and individual-level trust: First impressions from a systematic literature review. *PRIO Paper*, Oslo: Peace Research Institute Oslo, 2023.

SOARES, Anna Lara Fernandez. *Migrações internacionais no Brasil: análise da evolução legislativa entre o Estatuto do Estrangeiro e a Lei de Migração*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília, Marília, 2023.

VAN DER KOLK, Bessel. *O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Identificação Geral

Nome: _____

Idade: _____

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro: _____

Nacionalidade: _____

País de origem: _____

2. Situação migratória e tempo de residência

Você veio para o Brasil por qual motivo principal?

() Conflito ou crise política

() Perseguição

() Crise econômica

() Reunião familiar

() Outros: _____

Ano de chegada ao Brasil: _____

Cidade/estado onde reside atualmente: _____

Status migratório atual:

() Refugiado(a) reconhecido(a)

() Solicitante de refúgio

() Migrante com visto temporário

() Migrante sem documentação regular

() Outro: _____

3. Situação familiar

Vive atualmente:

() Sozinho(a)

() Com familiares

() Com amigos

() Com outros: _____

Possui filhos?

() Sim () Não

Se sim, quantos? _____

Idades: _____

4. Escolaridade

Grau de escolaridade:

- Não alfabetizado(a)
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

Pós-graduação

Formação obtida:

- No país de origem No Brasil Ambos

5. Situação profissional

Ocupação atual no Brasil:

- Empregado(a) com carteira assinada
- Empregado(a) informalmente
- Autônomo(a)
- Desempregado(a)
- Aposentado(a)
- Outro: _____

Área ou tipo de trabalho atual: _____

Ocupação anterior (no país de origem):

- Empregado(a) formalmente
- Empregado(a) informalmente
- Autônomo(a)
- Estudante
- Aposentado(a)
- Outro: _____

Área ou tipo de trabalho anterior: _____

6. Religião (opcional)

Possui alguma religião?

- Sim Não

Se sim, qual? _____

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perguntas

1. Antes de tudo, gostaria de te ouvir um pouco. Você pode me contar sobre a sua trajetória até chegar aqui no Brasil?
2. Pensando nessa trajetória que você compartilhou, que perdas mais te marcaram desde que deixou o seu país? Como essas perdas afetaram você emocionalmente ou no seu dia a dia?
3. Você sente que essas perdas foram reconhecidas, compreendidas ou respeitadas pelas pessoas ao seu redor, aqui no Brasil ou familiares/amigos do seu país de origem?
4. Diante de tudo isso, o que tem te ajudado a lidar com essas experiências? Há algo ou alguém que te fortalece nesse processo?

APÊNDICE C – TABELA FALA DOS PARTICIPANTES

Eixo 1 - Experiências de Perda e Ruptura Associadas ao Processo Migratório

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Perdas familiares e afetivas	“Sem saber quando eu ia voltar... sem saber se eu ia voltar a ver a minha mãe viva.”
Guaico	Perdas familiares e afetivas	“Meus parentes estão lá, minha formatura é lá.”
Leonza	Perdas familiares e afetivas	“Com a falta dos familiares, com a falta das colegas...”

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Perdas de identidade, cultura e posição social	“A gente chega a perder a identidade... não sei mais de onde eu sou,”; “O sotaque já é uma barreira... me veem como se eu fosse de outro planeta.”
Guaico	Perdas de identidade, cultura e posição social	“Eu sou engenheiro petroquímico... ter que abrir mão do que eu me formei foi bastante complicado,”; “Você era engenheiro lá, ficava lá então’... essa pessoa não entende por que saímos.”
Leonza	Perdas de identidade, cultura e posição social	“O Natal... é tradição. Aqui... ninguém celebra do mesmo jeito...” ; “Eu era professora na Venezuela... aqui não consigo exercer minha profissão.”

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Perdas materiais e do cotidiano	“Deixar tudo para trás, tudo na vida para trás... sentimento de perda constante.”
Guaico	Perdas materiais e do cotidiano	“Chegar em um país onde você não fala, você não entende como funciona o sistema... esse choque para nós é catastrófico.”
Leonza	Perdas materiais e do cotidiano	“Na Venezuela eu tinha muitas coisas... quando cheguei no Brasil não tinha nada.”

Eixo 2 — Reconhecimento ou Invisibilidade Social das Perdas

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Invalidação Social, e Institucional Exploração	“Eu estou exiliado aqui. Eu não tenho como entrar na Cuba” ; "O imigrante nunca vai estar seguro... as leis podem virar de um dia para o outro". ; "O imigrante para ser aceito tem que demonstrar que é melhor... é difícil... e nunca vai conseguir"
Guaico	Invalidação Social, e Institucional Exploração	“Eu sou engenheiro petroquímico... ter que abrir mão do que eu me formei foi bastante complicado”
Leonza	Invalidação Social, e Institucional Exploração	"Brasileiros se aproveitam... fazíamos serviços grandes e não pagavam"; "Eles rejeitavam a gente. Eles diziam que nós roubávamos o trabalho deles" ; "Era indignante... mas a gente ficava calada, fechada"

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Invisibilidade da Identidade, da Cultura e do Pertencimento	"O sotaque já é uma barreira... me veem como um objeto, uma figura, como se fosse de outro planeta". "Às vezes é ofensivo... a forma como tratam o sotaque". 'Você tem nove anos aqui e ainda mantém esse sotaque?'"
Leonza	Invisibilidade da Identidade, da Cultura e do Pertencimento	“O Natal daqui é horrível... é a saudade mais forte que temos” "Na Venezuela tudo é familiar... aqui ninguém celebra junto" "horrível... muito difícil... a gente não conseguia se comunicar"

Eixo 3 — Repercussões Emocionais, Identitárias e Corporais

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	As Repercussões Psicosociais e Corporais do Luto na migração	“O medo maior é não saber quando vou voltar... ou se vou voltar” "Ninguém imagina o que a gente passa... imigrante sofre muito" “Meu corpo doía... parecia que carregava uma tonelada”
Guaico	As Repercussões Psicosociais e Corporais do Luto na migração	"Perdi meu lugar... como pai, como marido, como tudo" "É como um peixe fora d'água... vivo, mas agonizando"
Leonza	As Repercussões Psicosociais e Corporais do Luto na migração	"Dava muita tristeza, sabe? Muita saudade da terra, sabe? Aquele sentimento, aquela dor" “não é só física... [é] emocional também”

Participantes	Subtema	Fragmento
Omíro	Estratégias de Enfrentamento e Reconstrução do Cotidiano	“minhas músicas, minhas comidas”
Guaico	Estratégias de Enfrentamento e Reconstrução do Cotidiano	“Os amigos diziam: ‘não desista’... isso me seguiu muito”
Leonza	Estratégias de Enfrentamento e Reconstrução do Cotidiano	“A gente ia se ajeitando... um dia de cada vez” “Eu dizia pra mim mesma: vai passar... contínua”

Fonte: Elaborado pela autora